

Reconectando o Império: mercês e interesses mercantis na Força Naval de Salvador de Sá que reconquistou Angola

Marcello José Gomes Loureiro

Graduado pela Escola Naval, com habilitação em Administração, é mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, possui o curso de especialização em História do Brasil pela Universidade Federal Fluminense e é graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

RESUMO

Este artigo pretende demonstrar as motivações que condicionaram a organização da Força Naval que reconquistou Angola aos portugueses em 1648. Para tanto, apresenta-se o complexo contexto que modulava a inserção de Portugal no cenário internacional. Subsidiariamente, discute-se o que de mais novo a historiografia produziu acerca do assunto.

PALAVRAS-CHAVE: ANTIGO REGIME; IMPÉRIO PORTUGUÊS; SALVADOR CORREIA DE SÁ E BENEVIDES.

ABSTRACT

This article intends to demonstrate the motivations which caused the organization of the Portuguese Naval Fleet, which reconquered Angola in 1648. For such, the complex context which influenced the insertion of Portugal in the international scenery is presented. Subsidiarily, the new historiography about the matter is presented.

KEY-WORDS: ANCIEN RÉGIME; PORTUGUESE EMPIRE; SALVADOR CORREIA DE SÁ E BENEVIDES.

“O Brasil – que é só o que sustenta o comércio e alfândegas e o que chama aos nossos portos [metropolitanos] estes poucos navios estrangeiros que neles temos –, com a desunião do Rio da Prata, não tem dinheiro, e com a falta de Angola, cedo não terá açúcar, porque este ano não se recolheu mais que meia safra e no ano seguinte será forçosamente menos”.

(Padre Antônio Vieira)¹

LUZES E SOMBRAS NO PORTUGAL DA DÉCADA DE 1640

Após a Restauração Portuguesa de 1640, que fez o Duque de Bragança subir ao trono sob a denominação de Dom João IV, Portugal tinha de atingir três objetivos externos então essenciais a sua soberania. Primeiramente, precisava obter o reconhecimento internacional de seu novo monarca, bem como do reino, que efetivamente buscava ser um Estado independente. Em segundo lugar, precisava garantir a existência e a proteção de suas fronteiras na Europa, defendendo-as da Espanha que as pressionava incisivamente.

¹ Cf. “Proposta feita a El-Rei Dom João IV, em que se lhe representava o miserável estado do reino e necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas partes da Europa”, Lisboa, 3 de julho de 1643, in VIEIRA, Antônio. *Obras Escolhidas*. Vol. IV. Prefácio e notas de A. Sérgio e H. Cidade. Lisboa: 1951-1954, pp. 7-8. Apud ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes: Formação do Brasil no Atlântico Sul – Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p. 224.

Por fim, devia reconquistar as colônias que perdera no além-mar para os holandeses durante o período da União Ibérica.²

Para suplantarmos todos esses óbices, era necessário que formasse alianças no *velho mundo*, de modo que fosse capaz de ingressar em um dos lados da instável e complexa balança de poder que se configurava no teatro internacional. Suas dificuldades diplomáticas para obter apoio contra o seu vizinho na península eram imensas. Não dispunha do apoio nem do Vaticano, porque este estava contundentemente pressionado por Filipe IV, rei da Espanha. O desafio para a diplomacia lusa era garantir a inclusão de Portugal na mesa de negociações que acabou se consolidando em Vestfália (1648). Para tanto, jogava com os interesses das políticas externas inglesa, francesa e até flamenga.³

Não poderia, no entanto, esperar engajamento significativo de Londres, que vivia sua guerra civil desde 1640. Similarmente, a possibilidade de aliança com os franceses praticamente se esvaiu após a sua vitória na Batalha de Rocroi (1643) contra os espanhóis, pois, a partir dela, eles perceberam que não dependiam de contingentes portugueses para fazer frente às forças de Filipe IV. Por outro lado, a insurreição pernambucana que tivera início em 1645 agravava significativamente a já sensível relação entre Portugal e a República das Províncias Unidas dos Países Baixos.⁴ Sensível porque, se por um lado Portugal precisou por vezes do apoio flamengo contra a Espanha na Europa, por outro, dependia da reconquista de seus territórios ultramarinos sob domínio batavo para existir. Não poderia provocar

um ataque aberto à Holanda, posto que o rei português estava ciente de que não teria a menor condição econômica e militar de se envolver em um conflito dessa dimensão.⁵ Os Estados Gerais das Províncias Unidas também não poderiam agir francamente contra Portugal, pois tinham interesse em preservar o comércio do sal com Setúbal, possessão portuguesa na África, fundamental para a sua indústria do areneque.⁶

Arranjos e rearranjos caracterizaram as frágeis alianças européias, de acordo com as instáveis conjunturas. Seja como for, para os Estados Gerais das Províncias Unidas, em guerra com a Espanha desde 1580, o melhor a ser feito era reconhecer logo a independência de Portugal, o que enfraqueceria sua vizinha ibérica no cenário internacional. Mas obviamente que as Companhias (holandesas) das Índias Ocidentais e Orientais pressionavam no sentido oposto àqueles Estados, pois intencionavam manter sua ocupação nas colônias portuguesas do além-mar.⁷

Esse impasse interno que existia dentro das Províncias Unidas facilitou aos embaixadores portugueses a obtenção de uma trégua por dez anos que, após avanços e recuos, foi finalmente assinada em 1641.⁸

Às questões diplomáticas, fundamentais ao reconhecimento de Portugal enquanto Estado soberano, somavam-se inúmeros problemas ultramarinos. O primeiro estava vinculado à própria legitimação da dinastia dos Bragança no poder. O que poderia garantir ao novo rei português que os domínios do além-mar não se manteriam fiéis a Filipe IV? A questão é extensa. Limitar-nos-emos por enquanto a dizer que havia necessidade

² MELLO. *O Negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1978, p. 21.

³ *Ibidem*, p. 31.

⁴ No século XVII, já era comum designar a República das Províncias Unidas dos Países Baixos por Holanda, a mais importante das sete províncias que formavam aquela confederação. *Ibidem*, p. 19.

⁵ Para que se tenha uma noção da defasagem entre o Poder Marítimo português e o holandês, vale registrar que enquanto a Holanda detinha 14 mil navios e 200 mil marinheiros (incluindo-se os das Companhias), Portugal possuía 13 navios e quatro mil marinheiros. Esta defasagem era o argumento central do "Papel-Forte", consulta que o Padre Antônio Vieira escreveu com o propósito de assessorar o rei: se Portugal não podia fazer frente aos castelhanos, como poderia somar ao seu problema os holandeses? *Ibidem*, p. 138.

⁶ BOXER, Charles R. *Salvador Correia de Sá e a luta pelo Brasil e Angola: 1602-1686*. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1973, p. 285.

⁷ *Ibidem*, p. 181.

⁸ Para as Companhias, era interessante ou a paz definitiva ou a continuação da guerra, pois o período de trégua a obrigava a manter as despesas militares, porém sem as compensadoras receitas da expansão de territórios ou mesmo do corso. MELLO. *Op. cit.*, p. 33.

de se redefinir o pacto político entre o rei e seus vassallos, de modo a neutralizar a lealdade que, antes, tinham ao monarca espanhol. Era necessário dar outro significado às noções de pertencimento.⁹ Outro grave problema a ser superado pelo Estado era a existência do Quilombo dos Palmares, uma das mais nítidas brechas do sistema colonial.¹⁰ Além disso, com urgência, precisava ser superada toda a crise decorrente da perda de Angola, já que em agosto de 1641 os holandeses dominaram a praça africana de São Paulo de Luanda, sua capital.

A partir de então, destituídos do espaço que permitia a oferta de escravos negros à América, os fluxos que compunham os circuitos mercantis do Atlântico Sul português estiveram seriamente ameaçados. A tomada de Luanda foi seguida pela de Ben-

guela e de São Tomé, importante pela sua produção açucareira. Os holandeses ainda instigavam as populações nativas a se rebelarem contra os portugueses que organizaram uma frágil resistência no interior.

O comércio com a região do Rio da Prata, que supria algumas praças atlânticas portuguesas com recursos monetários praticamente desde o final do século XVI, devido às guerras da Restauração e sem negros africanos – transacionados naquele intercâmbio mercantil – desmantelava-se.¹¹ Com isso, havia crise de liquidez especialmente em Salvador e Rio de Janeiro.¹²

Soluções desesperadas para o problema da ausência de metais eram pensadas tanto em nível metropolitano como colonial. Incentivou-se, por exemplo, a procura de metais preciosos no interior.¹³

⁹ Por isso, na América portuguesa, diversas festas barrocas foram celebradas com a finalidade de exaltar e construir a imagem do novo rei. Do ponto de vista administrativo, foi criado o Conselho Ultramarino, em 1642. O órgão representava um esforço gerencial no sentido de se uniformizar e racionalizar a administração do Império português, que, afinal, estivera durante 60 anos sob comando espanhol. Acerca das festas da restauração na América, ler o capítulo 7, Entre Festas e Motins, da tese de MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho*. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 279-327. Já sobre o Conselho Ultramarino, ver GOUVÊA, Maria de Fátima. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português, in FRAGOSO, João; BICALHO, M. Fernanda Baptista & GOUVÊA, M. de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica Imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 292; RUSSELL-WOOD, A. J. R. Governantes e Agentes in BETHENCOURT, F; CHAUDHURI, F. (orgs.). *História da expansão portuguesa*. Vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 169; MYRUP, Erik Lars. *To Rule from afar: the overseas council and the making of the brazilian west, 1642-1807*. Tese de Doutorado apresentada na Universidade de Yale, 2006 e BARROS, Edval de Souza. *Negócios de tanta importância: o Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661)*. Tese de Doutorado apresentada ao PPGHIS. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

¹⁰ ALENCASTRO, op. cit., p. 238-242 e FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, passim. O quilombo resistiu por mais de um século, tendo sido um imenso problema para a administração lusa na colônia. Os custos gerados pela fuga de negros da produção açucareira, bem como pelas ações militares, são incalculáveis.

¹¹ Para o comércio (a rigor, de contrabando) que os portugueses desenvolveram nos povoados da bacia do Prata, em especial Buenos Aires, conferir: CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984. Para a crítica dessa obra, ver: MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando Y Control colonial en el siglo XVII*. Buenos Aires, El Atlantico e El Espacio Peruano. Buenos Aires: Bibliotecas Universitárias, 1988; e, para uma discussão analítica acerca das duas, observar: LOUREIRO, Marcello J. G. A gestão do imprevisível: a política portuguesa para o Prata e as malhas mercantis do Atlântico Sul (séculos XVI e XVII). Monografia de conclusão do Bacharelado em História. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006, p. 50-81.

¹² A interrupção do comércio com o Rio da Prata também causava problemas em nível metropolitano, já que o acesso à prata era trivial para incluir Lisboa nos fluxos comerciais intra-europeus. Era o metal branco que possibilitava a liquidação dos pagamentos que Portugal fazia no Oriente. Com os produtos que lá adquiria, Lisboa podia manter sua posição de distribuidor de artigos importados na Europa. Sobre a importância da prata no comércio luso no Oriente, conferir FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima. Nas rotas da governação portuguesa: Rio de Janeiro e Costa da Mina, séculos XVII e XVIII. In FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, A. C. Jucá de & CAMPOS, Adriana (orgs.). *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006, p. 20; SALVADOR, José Gonçalves. *Os cristãos-novos e o comércio no Atlântico Meridional*. São Paulo: Pioneira, 1978, p. 366; consideração mais ampla está em BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII*. Vol. I. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 423-5.

¹³ Nesse sentido, a maior expedição foi a de Raposo Tavares (1648-1652). Sobre os incentivos mencionados, consultar: CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Vol. II. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1965, p. 114-128 e ELLIS Jr., Alfredo. *O Bandeirismo paulista e o recuo do Meridiano*. 2ª Ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1934, p. 213-214.

Na América, em outubro de 1646, o Governador-Geral Antônio Teles da Silva escrevia à Câmara de São Paulo, solicitando que se armasse e prontificasse uma expedição. Condição ao desfecho das negociações com os holandeses, ela teria por objetivo a conquista do Prata: "(...) e em se concluindo as conveniências com Hollanda se emprehender com esta armada a conquista do Rio da Prata".¹⁴ O poder português, diante da interrupção dos fluxos de prata provenientes do comércio com Buenos Aires, planejava agora a sua ocupação militar.

É válido destacar que Buenos Aires também sofria o risco iminente de um ataque holandês. Em última análise, pode-se dizer que o objetivo final da Companhia das Índias Ocidentais era não o domínio somente do Nordeste, mas da triangulação Pernambuco–Angola–Buenos Aires; em outras palavras, a Companhia desejava o controle dos fluxos do Atlântico Sul. Para atingir as minas potosinas via Buenos Aires, os flamengos sabiam que teriam de dominar Salvador e Rio de Janeiro, pontos estratégicos para essa navegação de cabotagem. O ataque a Salvador, todavia, fora frustrado em 1638.

Para asseverar nosso ponto de vista, vale lembrar que nas instruções de 18 de agosto de 1629 dadas à Esquadra do General Loncq, que tomara Olinda em 1630, havia determinações explícitas para "(...) seguir para o Rio de Janeiro e procurar dominar a cidade por todos os meios", pois os holandeses julgavam "(...) tal cidade no sul tão aproveitável e útil à Companhia quanto à cidade de Pernambuco [Olinda]"; após isso, "(...) de verão ainda apossar-se da cidade de Buenos Aires, fortificá-la e guarnecê-la e os bens aí obtidos enviá-los para aqui [Holanda]".¹⁵ Ora, nessas instruções, o Rio de Janeiro foi con-

siderado "tão aproveitável" quanto Olinda, capital do maior centro produtor mundial de açúcar da primeira metade do século XVII. O açúcar do Rio era de segunda qualidade, se comparado ao produzido na *zuickerlan*"; certamente não era o que os batavos procuravam aqui. Explicamos assim o interesse holandês pela capitania do Rio por sua posição geográfica para o controle do Atlântico Sul e para o acesso ao Prata espanhol. Tanto que Buenos Aires era a próxima a ser invadida, segundo as determinações desse documento de 1629.

Cerca de 12 anos mais tarde, em 1641-1642, João Maurício de Nassau insistia acerca da necessidade de ocupar Buenos Aires e uma expedição por ele organizada somente foi travada em virtude da necessidade de enviar reforços à expedição de Brower, que se encontrava no Chile, e das revoltas que estouraram no Maranhão e em São Tomé.¹⁶

O plano holandês, assim, não se restringia ao Nordeste. Perceberam como a tomada de Angola, área fornecedora de mão-de-obra escrava, era crucial para a manutenção de Pernambuco. Pretendiam, contudo, ir muito além: dominar os circuitos integridos que se atualizavam nos portos de Recife – Salvador – Rio de Janeiro – Buenos Aires – Angola. E, nesse contexto, difícil era a situação portuguesa.

Conseqüência importante da interrupção dos fluxos com Angola a partir de 1641 pôde ser sentida na economia fluminense. Os preços dos escravos africanos duplicaram rapidamente na América portuguesa. Para piorar, os produtores do Rio sentiam forte dificuldade em exportar farinha de mandioca e aguardente ao seu maior mercado consumidor – o angolano –, o que fez seu preço despencar rapidamente.

¹⁴ *Coleção do Registro Geral da Câmara de São Paulo*, Vol. II, p. 170. Apud ELLIS Jr., op. cit., p. 207. A expedição não foi enviada, porém, devido à necessidade de se reforçar o Nordeste.

¹⁵ Cf. "Instruções dadas ao General Hendrick Cornelissen Lonck", publicadas parcialmente in MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e cultura do Norte do Brasil*. 2ª Ed. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1978, p. 45. Ver ainda comentários pertinentes em BOXER, Charles R. *Os holandeses no Brasil (1624-1654)*. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961, p. 64. Acerca da ocupação holandesa no Nordeste, consultar, além destes livros: ALBUQUERQUE, Antônio Luís Porto e. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: SDGM, 1985, p. 45-52.

¹⁶ BOXER. *Os holandeses...* op. cit., p. 207 e ALENCASTRO, op. cit., p. 224. Outros indícios que revelam o interesse holandês pelo comércio platino podem ser verificados a partir da observação de seu comportamento diplomático e econômico. Acerca disso, ler, respectivamente: MELLO. *O negócio do Brasil...* op. cit., p. 27 e 74; e MOUTOUKIAS, op. cit., p. 129.

Já a ausência da prata espanhola no Rio de Janeiro provocava insolvência financeira, recuo do crédito, aumento da taxa de juros, retração nos investimentos, etc.¹⁷

Não bastava o comércio que definhava e os habitantes fluminenses ainda tinham grande medo de uma provável invasão holandesa. Com isso, deslocaram escravos para reparos nas fortificações da cidade, desfalcando a produção.¹⁸

Sem os recursos advindos da cana, os senhores não pagavam os dízimos e o contratador que os administrava não repassava recursos ao tesouro municipal, o que provocava atraso no pagamento da remuneração dos agentes públicos, bem como no soldo das guarnições. Em busca de um equilíbrio fiscal, a Câmara criava taxações para o vinho.¹⁹

O REI COMO UM GESTOR: A ESCOLHA DE POLÍTICAS PARA A GESTÃO DO IMPÉRIO NA CORTE DOS BRAGANÇAS

Diante desse contexto difícil da década de 1640, Salvador Correia de Sá e Benevides, homem experiente nos assuntos do ultramar, filho e neto de dois governadores do Rio de Janeiro, fora convidado a se pronunciar formalmente acerca de três questões que eram então nevrálgicas ao Estado português.²⁰ A primeira delas era referente

à melhor maneira de se reabrir o comércio com Buenos Aires, de forma que fosse imediatamente reativado o trato com este porto e, conseqüentemente, restabelecido o fluxo de prata em direção à colônia portuguesa. A segunda era atinente à situação de Angola, então dominada pelos batavos desde agosto de 1641. E a última dizia respeito ao Nordeste brasileiro, invadido desde 1630.²¹

Quanto ao primeiro dos problemas, Salvador respondeu em 21 de outubro de 1643, apenas quatro dias depois de ter sido consultado, que sem a possibilidade de exportar escravos africanos por Buenos Aires, devido à ocupação holandesa em Luanda, era impraticável a retomada de um comércio rentável. Aconselhou, então, que Buenos Aires fosse militarmente tomada com apoio dos paulistas, servindo assim de base para o controle posterior de toda a região do Rio da Prata.

Esta era a oportunidade que Salvador precisava para reaver seus lucros no Prata. Seus prejuízos deveriam ser imensuráveis há algum tempo, tanto que ele e o Marquês do Montalvão, governador-geral na Bahia, em 22 de março de 1641, cerca de apenas quatro meses após o golpe de Dom João IV, enviaram documentos secretos ao Governador de Buenos Aires, Dom Pedro de Roxas e Acevedo.²² Segundo Boxer, é possível que

¹⁷ A população recorria a moedas alternativas e não-metálicas, como tecidos de algodão, a intensificação do uso da farinha e da aguardente para o tráfico de escravos e, para uso interno, primordialmente o açúcar. Para agravar a problemática, havia quantidade considerável de moedas espanholas falsas circulando não só no Rio, mas também em Salvador. Acreditava-se que eram fabricadas no Peru. Sobre esse ponto, ver: SAMPAIO, Antônio C. Jucá de. "Crédito e Circulação Monetária na Colônia: o caso fluminense (1650-1750)" in *V Congresso Brasileiro de História Econômica. Caxambu*: ABPHE, 2003, p. 389.

¹⁸ SALVADOR, op. cit., p. 351.

¹⁹ Como um reflexo de toda esta conjuntura, a população do Rio de Janeiro se amotinou contra o Governador Luis Barbalho Bezerra em 1643. Acerca do caráter da revolta, conferir: FIGUEIREDO, Luciano Raposo de A. "O Império em Apuros", in FURTADO, Júlia Ferreira. *Diálogos oceânicos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 201.

²⁰ Este é Salvador Correia de Sá e Benevides, neto de Salvador Correia de Sá e filho de Martim de Sá, ambos governadores do Rio de Janeiro. Salvador era, portanto, descendente dos "conquistadores da terra" e pertencente às "melhores" de suas famílias. Nessa época, Salvador era alcaide-mor do Rio de Janeiro (desde 1628) e já houvera sido feito cavaleiro da Ordem de Cristo desde 1644. Seus negócios se ramificavam pela Europa, costa africana, América portuguesa e até hispano-América, onde possuía parentes. Seu maior sonho parece ter sido sempre a descoberta de minas, não somente pela riqueza óbvia que podiam proporcionar, mas também pelas posições de destaque que por sua causa desfrutaria na Corte. Em 1643, prometia Dom João IV que se Salvador encontrasse metais no Sul do Brasil, recompensá-lo-ia com "(...) quatro mil cruzados para sempre e com o título de conde, preconizados antes por prestação de serviços mui distintos; e se as minas rendessem 500\$ cruzados à Coroa, o título de marquês e cinco por cento de todo o ouro que nas minas se tirasse". BOXER, Salvador... op. cit., p.81-82 e 410; citação em PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Nacional, 1943, p. 257.

²¹ BOXER, Salvador... op. cit., p. 183-184.

²² Com a Restauração Portuguesa, tinha-se receio em Lisboa de que Salvador de Sá se mantivesse leal ao monarca espanhol. Afinal, Salvador era filho e marido de uma espanhola e tinha muitos parentes em Buenos Aires em postos de comando. Não foi à toa que Salvador parece ter ficado indeciso, conforme aponta Boxer, acerca de em quem deveria depositar a sua lealdade. No que concerne a este ponto, consultar: SALVADOR, op. cit., p. 137 e BOXER, Salvador... op. cit., p. 157.

nesta ocasião as duas autoridades portuguesas tenham procurado persuadir o governo buenairense a romper com o vice-rei do Peru e a jurar lealdade ao rei Bragança, incorporando-se assim oficialmente ao Império luso.²³

Na Corte, na época em que Salvador defendia em seus conselhos a conquista de Buenos Aires, o Padre Antônio Vieira pressionava o monarca no mesmo sentido, pregando que os paulistas deveriam invadir a bacia do Prata, tomar várias de suas cidades e conquistar as minas do Peru,²⁴ “(...) com grande facilidade e interesse nosso, dano e diversão de Castela”.²⁵ Ele era também um dos maiores defensores da importância de Angola. Vieira, com uma visão estratégica singular, costumava alegar que o Brasil tinha “(...) a alma na África e o corpo na América”, ou seja, “(...) sem os negros, Pernambuco não existiria, e sem Angola, não haveria negros”,²⁶ porque “o Brasil vive e se sustenta de Angola”.²⁷

O projeto militar esboçado por Salvador Correia de Sá, entretanto, não se concretizou. Em 1644, o Conselho Ultramarino argumentava que Portugal deveria direcionar esforços diplomáticos, econômicos e militares para resguardar o que lhe sobrava no ultramar, defendendo suas possessões de espanhóis e holandeses. A invasão de Buenos Aires significaria abrir mais um flanco de guerra, em um momento extremamente inoportuno. Ademais, não havia nenhum indício de que os paulistas realmente contribuiriam para o sucesso da expedição.

Em relação ao domínio dos holandeses em Angola, Salvador Correia de Sá e Benevi-

des sugeria que fosse enviada o quanto antes uma expedição de 600 homens, dentre eles índios comandados por paulistas, que deveria desembarcar em um ponto da costa onde não houvesse a presença holandesa, juntando-se, em seguida, aos focos de resistência lusa no interior.

Finalmente, no que se refere à necessidade de expulsão dos holandeses de Pernambuco, Salvador Correia de Sá aconselhava o rei a autorizar o governador da Bahia a promover uma sabotagem contra os flamengos, provocando, por exemplo, incêndios nos canaviais pernambucanos. Isso ampliaria os custos de permanência dos holandeses no Nordeste, incentivando-os a negociar diplomaticamente a venda das áreas em seu poder a Portugal. A Coroa levantaria os fundos necessários ao desembolso nos dois lados do Atlântico, em vez de permanecer despendendo tantos gastos em defesa militar-naval.²⁸

Outros conselheiros foram ouvidos. O Conselho Ultramarino concordou com a necessidade de retomar Angola com urgência, mas preferiu aplicar as negociações diplomáticas para o caso brasileiro e, conforme já dito, negou a invasão ao Prata. Enquanto se discutia em Portugal a melhor forma de se retomar Angola, o Padre Antônio Vieira defendia, tal como Benevides, que se poderia reaver os territórios do Nordeste em posse dos holandeses mediante grandes indenizações em açúcar ou mesmo em dinheiro.

A decisão do Conselho Ultramarino foi então precisamente acertada: independente de qualquer conjuntura, Angola deveria ser retomada, na medida em que era o ponto

²³ BOXER *Salvador...* op. cit., p. 161.

²⁴ Vieira apresentou na Corte outras idéias radicais a fim de tentar levar ao fim a crise em Portugal. O padre e outros assessores mais próximos de Dom João IV, com o fito de obter ajuda militar da França, recomendavam o rei a vir para o Brasil. A regência de Portugal seria dada ao Duque de Montpensier, cuja filha se casaria com o Príncipe português Dom Teodósio. Vieira foi inclusive à França com esta finalidade. CORTESÃO, Vol. II, op. cit., p. 114-115.

²⁵ Cf. “Papel a favor da entrega de Pernambuco aos holandeses”, in VIEIRA, Antônio. *Obras Escolhidas*. Vol. III. Prefácio e notas de A. Sérgio e H. Cidade. Lisboa, 1951-1954, p. 105. Apud ALMEIDA, Luís Ferrand. *A diplomacia portuguesa e os limites meridionais do Brasil* (1493-1700). Coimbra: FLUC, 1957, p. 100. Em uma carta ao Marquês de Niza, Vieira explica detalhadamente seus planos. Cf. VIEIRA, Antônio. *Cartas do Padre Vieira, coordenadas e anotadas por João Lúcio de Azevedo*. Tomo I, Coimbra, 1925, p. 134-135. Apud *Ibidem*, p. 100-102.

²⁶ Cf. “Carta ao Marquês de Niza, datada de 12 de agosto de 1648”, in VIEIRA, Antônio. [Cartas] editadas por Azevedo, J. L. De. *Cartas do Padre Antônio Vieira*. Coimbra: Imp. da Universidade. 3 Vols, 1925-26. Apud PUNTONI, Pedro. *A mísera sorte: escravidão africana no Brasil holandês e as guerras do tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 131.

²⁷ Cf. BOXER. *Salvador...* op. cit., p. 252.

²⁸ *Ibidem*, p. 188.

motriz da engrenagem mercantil do Império Ultramarino no Atlântico Sul.

Sem Angola, os holandeses não disporiam de escravos para trabalhar em Pernambuco e nem para comercializar no Prata. Tanto o Nordeste, bem como uma invasão a Buenos Aires, perderiam seu sentido para a Companhia holandesa. Diante do declínio dos rendimentos, a solução dos holandeses provavelmente seria a venda dos territórios americanos aos lusos. Com Angola, os portugueses teriam o Estado do Brasil e, em decorrência, os recursos para as indenizações necessárias; além disso, disporiam de negros para o comércio platino. O planejamento estratégico português era então brilhante: dominava-se novamente o Atlântico com a conquista de um único ponto, não havendo, portanto, a necessidade de um ataque franco no Nordeste e nem mesmo mais um desgaste bélico contra a Espanha no Prata.²⁹

Por meio da análise dos diferentes assessoramentos de que dispunha o rei nesse momento, pode-se perceber como sua decisão era o resultado de um longo processo administrativo, em que a participação dos conselheiros mais experientes do reino era fundamental. As decisões eram gestadas em conjunto, ainda que, por se tratar de um Estado absolutista, o rei pudesse deter, conforme determinadas circunstâncias, maior ou menor autonomia para decidir; de todo modo, não havia um projeto colonial pré-definido para o império.

Muitas vezes, ao contrário, nota-se que a historiografia apresenta a organização administrativa da colônia obedecendo a uma

espécie de logicidade consistente a partir da instituição do governo-geral em 1548.³⁰ Pensando-a desse modo, este seria o marco da aplicação de um projeto de colonização que se apresentava desde essa época pronto e definido, mas que de fato assim nunca existiu. É importante lembrar que as políticas são formuladas de acordo com o aparecimento dos problemas na colônia ou, conforme um “aprendizado da colonização”;³¹ trata-se, dessa forma, não de uma imposição de políticas gestadas de cima para baixo, mas sim de políticas construídas a partir de intensa avaliação, diálogo e negociação, mesmo em um Estado absoluto.³²

Esta chave interpretativa coaduna-se perfeitamente com as recentes revisões historiográficas que vêm sendo produzidas acerca do caráter absoluto do Estado moderno. Perspectivas clássicas, como as de Norbert Elias e Perry Anderson, apesar de distintas, têm em comum a ênfase na centralização do poder nas mãos do rei, obtida a partir de um processo de submissão dos poderes locais. Ao contrário, historiadores como E. Le Roy Ladurie, Jack Greene, Charles Tilly, J. Elliott e Antônio Manuel Hespanha – este para o caso específico de Portugal – têm demonstrado em seus trabalhos a incapacidade do poder real de se sobrepor aos locais sem a tessitura de alianças embasadas por negociação e reconhecimento político e simbólico mútuo. O fato é que a própria realidade contemporânea dos Estados europeus, imersos na União Européia, pode ajudar a compreender essa tendência historiográfica que acaba por destacar os “(...) *elementos não absolutistas do absolutismo*”.³³

²⁹ ALENCASTRO, op. cit., p. 228.

³⁰ Uma das obras clássicas que inaugura a visão de que havia um projeto português já formado para a América em 1534 (instituição das capitanias hereditárias) ou em 1548 (instituição do governo-geral) é a de VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. 3ª vol. 10ª Ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

³¹ A categoria analítica é de ALENCASTRO e alerta para o estado inacabado da política ultramarina portuguesa no século XVI. Em contrapartida, considera que a política é forjada paulatinamente, conforme experiências e circunstâncias. Sobre esse ponto, ler: ALENCASTRO, op. cit., p. 11-43.

³² GREENE, Jack. *Negotiated authorities: essays in colonial political and constitutional history*. Charlottesville and London: University Press of Virginia, 1994.

³³ Acerca desse profícuo debate, conferir: ANDERSON, Perry. *Linhagens do estado absolutista*. Trad. de Suely Bastos e Paulo Henrique Brito. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1995; ELIAS, Norbert. *A sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Trad. de Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001; LADURIE, E. Le Roy. *O Estado monárquico*. França: 1460-1610. Trad. de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1994; GREENE, op. cit.; TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. Tradução Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da USP, 1996; ELLIOTT, J. H. “A Europa of Composite Monarchies” in *Past and Present*, n. 137, 1992, p. 48-71; HESPANHA, Antônio Manuel. *As Vésperas do Leviathan – Instituições e Poder Político em Portugal – Séc. XVII*. Lisboa: Almedina, 1994. Citação em SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 56.

A RECONQUISTA DE ANGOLA PELOS LUSO-FLUMINENSES EM 1648

Em outubro de 1644, definiu-se que Salvador Correia de Sá e Benevides seria nomeado general da frota que investiria contra os holandeses em Angola.³⁴ Devido aos efeitos que a reconquista poderia ter nas mesas diplomáticas, divulgava-se na Europa, contudo, que o propósito da expedição de Salvador Correia de Sá era apoiar os portugueses que estavam sendo espremidos pelos africanos *jagas* no interior do espaço angolano.

Apenas Salvador Correia de Sá e sua gente tinham homens, mantimentos, armas, munição, pólvora e navios para levar a cabo a força-tarefa. Vivia, entretanto, um verdadeiro impasse, já que não poderia desguarnecer significativamente as tropas do Rio de Janeiro, sob pena de um provável ataque holandês. Sabia também que não poderia confiar nos soldados que trouxera de Lisboa, pois, de acordo com a sua própria opinião, constituíam a pior escória dos presídios daquela cidade. Conseguiu 60 mil cruzados de negociantes de grosso trato e de latifundiários do Rio de Janeiro, como Cristóvão Vaz e Mathias de Albuquerque Maranhão. Parcela do financiamento necessário foi doada por ele mesmo e por sua família.³⁵ Salvador Correia de Sá seqüestrou ainda os bens no Rio de Janeiro do banqueiro (cristão-novo) Duarte da Silva, antes desse ser preso em Lisboa pela inquisição. No Rio, incorporou também novas embarcações à sua frota. Quanto aos mantimentos, parcela ponderável era proveniente de São Paulo.³⁶

A expedição naval transatlântica, cujo patrono seria São Miguel Arcanjo, segundo os cronistas jesuítas Simão de Vasconcellos e Antônio do Couto, partiu da Baía de Guanabara a 12 de maio de 1648, levando dois meses para atingir a África. Apesar das divergências das fontes, é provável que a

expedição estivesse composta aproximadamente por 1.400 soldados, dispostos em 15 navios.³⁷ Vale lembrar que dentre os navios, havia cinco galeões cedidos por Lisboa e cerca de três ou quatro que eram ingleses.³⁸

Quicombo, ao norte de Benguela, seria o *rendez-vous*, caso houvesse dispersão da frota enquanto cruzasse o Atlântico. Devido ao mau tempo, dois navios, chamados de *Gamela* e *Canoa*, retornaram ao Rio de Janeiro, após três ou quatro dias de suspender.

O plano, arquitetado previamente em São Sebastião, era que a expedição escoltasse a frota do açúcar até a longitude da Ilha de Ascensão, o que ocorreu sem problemas, atracando aquela frota mercante no dia 14 de agosto em Lisboa.

Antes de adentrar a Baía de Luanda, Salvador Correia de Sá pretendia atacar Benguela, mas acabou ultrapassando este ponto durante a noite, sem avistá-lo. Fundeou em 27 de julho, em Quicombo. A idéia inicial era fundar no local um forte; mas o Padre Couto nos informa que Salvador Correia de Sá somente parou para se abastecer de água e lenha. Nessa ocasião, um maremoto fê-lo perder um navio com 200 soldados, além de outros tantos que estavam em terra e acabaram sendo mortos por canibais.

O fator surpresa não era vantagem para a expedição luso-fluminense, na medida em que os holandeses estavam plenamente cientes de sua existência. Além de frequentemente interceptarem cartas que circulavam entre Portugal e suas praças na América, obtiveram informações privilegiadas junto a prisioneiros lusos. Prova disso foi o envio do navio *Noort Holland* a Angola, em fevereiro, remetendo suprimentos e um reforço de 135 soldados.³⁹

Ciente da expedição, o Almirante holandês De With solicitou ao Conselho da Companhia das Índias Ocidentais que o enviasse para reforçar Angola com cinco ou seis

³⁴ BOXER. Salvador... op. cit., p. 189.

³⁵ Ibidem, p. 267 e ALENCASTRO, op. cit., p. 233.

³⁶ SALVADOR, op. cit., p. 342.

³⁷ A operação militar-naval está detalhadamente narrada em BRASIL. História Naval Brasileira. Vol. 2, Tomo IB. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1993, p. 76-85.

³⁸ BOXER. Salvador... op. cit., p. 269.

³⁹ Ibidem, p. 272.

de seus navios. Não recebeu a autorização, porém, uma vez que havia receio dos portugueses se aproveitarem dessa oportunidade para lançar ofensiva contra Pernambuco.⁴⁰

A Esquadra de Salvador Correia de Sá avistou Luanda em 12 de agosto. E somente não foi aniquilada em um primeiro momento porque os contingentes holandeses estavam dispersos pela região adjacente ao porto daquela cidade. Mas nos dias que se seguiram, sua expedição sofreu cerca de 200 baixas e se encontrava em difícil situação.

Inesperadamente, os holandeses propuseram uma negociação. Ficou acordado que eles deixariam com honras militares toda a colônia em até cinco dias. Seus escravos, fossem da Companhia ou de particulares, poderiam seguir viagem ou, caso preferissem, seriam vendidos. Os soldados católicos, na sua maioria franceses e alemães que lutavam pela Companhia, poderiam permanecer, se assim desejassem, com a exigência de incorporarem as fileiras portuguesas.⁴¹

Após saber da perda de Angola, a Companhia das Índias Ocidentais acusava Dom João IV de não respeitar a trégua dos dez anos. O fato é que os holandeses também não o fizeram, uma vez que se apropriaram de São Tomé e de Luanda após a sua assinatura.⁴²

Com a perda de Angola, muitos dos investidores retiraram seu capital da Companhia.⁴³ E o *Stadhouder* Guilherme II insistia para que os Estados Gerais negociassem tão logo com o Embaixador português Francisco de Souza Coutinho. O sucesso da retomada de Angola também fez com que prevalecesse certo otimismo em Lisboa nos assuntos relativos à

guerra, de modo que muitos dos chamados “diplomatas”, membros da corte lisboeta que defendiam negociações com as Províncias Unidas, passassem para o lado daqueles que eram chamados “*belicistas*”, ou seja, os que defendiam um ataque militar direto.⁴⁴

As celeumas entre portugueses e holandeses não estavam, todavia, solucionadas em 1648. No plano militar, a insurreição pernambucana se desenrolaria por mais sete anos, enquanto no diplomático, até 1661, com a assinatura do Tratado em Haia, mediante as concessões feitas aos holandeses. O Tratado se viabilizou, em grande medida, devido às pressões inglesas, que custaram a Portugal concessões comerciais – ou “*transferência das vantagens*” do “*sistema colonial*”, na expressão de Novais⁴⁵ –, efetivadas em 1654 e 1661, além do casamento de Dona Catarina de Bragança, irmã de Dom Afonso VI, com Charles II, Rei da Inglaterra.⁴⁶

A POLÍTICA LUSA PARA O PRATA APÓS 1648

Assim que foi retomada Angola, Salvador Correia de Sá objetivava reabrir o tráfico negreiro, não somente ao Brasil, mas também ao Prata. Para tanto, conseguira de Dom João IV uma permissão para exportar escravos africanos para aquela região, desde que os pagamentos pelos negros ocorressem em moedas ou barras de prata. Com esta facilidade, o experiente negociante arrendou navios em seu próprio benefício. Quanto ao contrato de Angola, foi arrematado para o período de 1649-1654 por Tomas Filgueira Bultão, provável testa-de-ferro de Salvador.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 273.

⁴¹ *Ibidem*, p. 280-281.

⁴² MELLO. O negócio do Brasil... op. cit., p. 53. Devido à Companhia das Índias Ocidentais ser predominantemente formada por capital privado, as possibilidades dos holandeses desrespeitarem essa trégua eram mais facilmente explicadas. Ao serem questionados pelos embaixadores portugueses, os Estados Gerais usavam este argumento a seu favor, alegando que não podiam ser responsabilizados pelas ações da Companhia. Esta, por sua vez, alegava que estava subordinada aos Estados Gerais. O Estado português também não tinha atitude muito distinta, pois responsabilizava inteiramente os seus colonos pelas investidas contra os holandeses.

⁴³ ALENCASTRO, op. cit., p. 227.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 231.

⁴⁵ Cf. NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1985, p. 91.

⁴⁶ O longo processo negocial que levou até Haia e os tratados com a Inglaterra ultrapassam os limites deste trabalho. Entretanto, para um aprofundamento dessas questões, basta verificar: MELLO. *O Negócio do Brasil...* op. cit., p. 171-253; NOVAIS, op. cit., p. 20-27 e 80-82; SALVADOR, op. cit., p. 273-303.

Em janeiro de 1649, Salvador Correia de Sá escrevia ao rei que enviara uma pinaça a Buenos Aires, "(...) de conformidade com a permissão de Vossa Majestade, a fim de ver se os espanhóis aprovam o tráfico que será de grande proveito e vantagem para os domínios de Vossa Majestade, por causa da prata que disso advirá, fazendo com que eles se tornem mais prósperos, o Brasil cresça e os vassallos de Vossa Majestade fiquem ricos".⁴⁷ Em agosto, Salvador enviou mais três ou quatro navios tumbeiros. Um desses foi inclusive aprisionado por holandeses na altura da Baía de Guanabara, mas a lucratividade da ação não foi tão interessante: dos 500 escravos embarcados em Luanda, 200 já haviam morrido.⁴⁸

Um boletim de Lisboa de novembro de 1649 considerava o tráfico negreiro para o Prata reaberto. No entanto, a permanência da guerra luso-espanhola ainda obstaculizava em grande parte os negócios.

As tentativas lusas de anexar Buenos Aires permaneciam. O governador de Angola enviou o Capitão Antônio de Afonseca de Ornelas para negociar a anexação daquele porto à América portuguesa. O capitão, porém, acabou preso.⁴⁹

De qualquer forma, na década de 1650, o comércio se reativava. Entrava prata e couros em Lisboa, mas primordialmente em Angola, Rio de Janeiro e Salvador. As tentativas de reaproximação do Rio de Janeiro com Buenos Aires permaneceram, ainda que sob alguns percalços. Um ofício do Conde de Óbidos, datado de 1664, sugeriu ao Governador Pedro de Mello que recebesse cordialmente os navios vindos do Rio da Prata.

Já Alexandre de Souza Freire, governador-geral do Brasil, enviou um patacho a Buenos Aires a fim de levar a notícia da paz de 1668 com a Espanha; posteriormente,

escreveu ao Príncipe Regente Dom Pedro que "(...) em Buenos Ayres se difficulta hoje tanto a esperança daquelle comercio como quando estava impedido com as guerras: mas os Castelhanos o desejam mais que os Portugueses. O Brasil se perde por falta de moeda; com qualquer meyo que possa haver de hierem ally embarçoens se hade trazer prata...".⁵⁰ Se havia certas dificuldades ao trato, havia também o desejo de alguns em facilitá-lo. O fato é que a crise monetária na América portuguesa permanecia.

O interesse castelhano em reabrir o comércio foi registrado também por Salvador Correia de Sá, ao escrever em uma consulta do Conselho Ultramarino datada de 21 de maio de 1670, que as cidades hispano-americanas estavam interessadas no trato com os portugueses, em virtude dos baixos preços de seus artigos.⁵¹ Isso realmente deveria ser verdade, tanto que três anos mais tarde, em uma carta de 13 de julho de 1673, o próprio governador de Buenos Aires sugeria à Coroa espanhola facilitar o comércio que se estabelecia com o Rio de Janeiro, até porque "(...) los habitantes de aqui [Buenos Aires] son tan portuguezes como aquellos [do Rio] por non aver seis casas que no les toque el serlos enteramente ó mas de la mitad".⁵²

Apesar das reclamações de Alexandre de Souza Ferreira, os fluxos comerciais deviam estar razoavelmente regularizados. Corroboramos nossa hipótese o fato de, em 1671, Afonso Furtado de Castro e Mendonça instruir o provedor da fazenda do Rio de Janeiro acerca dos recursos advindos da cunhagem de Prata oriunda da hispano-América. Ora, havia comércio "(...) a ponto de reunir um número considerável de moedas que permitisse o aproveitamento das mesmas", conforme explica Sampaio.⁵³

⁴⁷ BOXER. *Salvador...* op. cit., p. 292.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ SALVADOR, op. cit., p. 376.

⁵⁰ Cf "Carta do Governador-Geral do Brasil ao Príncipe Regente [Dom Pedro] datada de 25 de junho de 1669". Apud ALMEIDA, op. cit., p. 91.

⁵¹ Idem.

⁵² Cf. "Carta de 13 de junho de 1673, em que o governador de Buenos Aires faz sentir à Coroa espanhola a conveniência em se facilitar o comércio com o Rio de Janeiro, dando conta das pretensões portuguesas". Archivo General de la Nacion – Campana Del Brasil. Antecedentes Coloniales. Dirigida por Carlos Correa Luna. Tomo I (1535-1749). Buenos Aires, 1935. Apud PORTO, op. cit., p. 256.

⁵³ Cf. SAMPAIO, op. cit., p. 387.

Dois anos depois, em 1673, o mesmo Afonso de Castro escreveu novamente ao provedor da Fazenda do Rio de Janeiro, dizendo-lhe que houvera recebido sua carta de 20 de maio do mesmo ano, atinente aos recursos decorrentes das moedas que vieram do Rio da Prata.⁵⁴

Já no item 50 do regimento de 23 de janeiro de 1677, dado ao Governador-Geral Roque da Costa, El-Rei recomendava que os navios que voltassem “(...) *das Índias Ocidentaes, Rio da Prata e Buenos Aires com prata e ouro, e não com outras fazendas de Espanha, lhes mandará dar entrada, e poderão comerciar nos portos deste Estado, levando em troca os gêneros dele*”. Acerca disso, “(...) *porá o governador todo cuidado e diligência*”.⁵⁵ Há aqui excelente exemplo do Estado português estimulando o contrabando.⁵⁶

Entretanto, a crise monetária já era tão aguda que “(...) *esses contatos [com o Rio da Prata] eram insuficientes para suprir a carência de metais, tanto na colônia quanto na metrópole*”.⁵⁷

O que se quer registrar é que, após a vitoriosa ação de Salvador Correia de Sá, Portugal mantinha uma avaliação acerca da política ideal em busca de prata. Uma intensa troca de correspondências, especialmente nos momentos de maior crise monetária, devia alimentar as expectativas do governo central em Lisboa acerca da potencialidade do comércio com Buenos Aires. Cerca de 30 anos após a reconquista de Angola, em 1680, a Coroa determinou ao governador do Rio de Janeiro que providenciasse a fundação de um centro burocrático-militar, a Colônia do Sacramento, em frente a Buenos Aires, no lado oposto a sua margem no Rio da Prata. O que era a pretensão de aquecimento comercial com a hispano-américa, tornou-se longa disputa militar e diplomática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto neste artigo, pretende-se nesta conclusão problematizar possíveis sentidos para a ação luso-fluminense que culminou na reconquista de Angola aos lusos em 1648.

Evidenciou-se como a operação militar-naval representou iniciativa basilar para o desfecho da guerra e das negociações diplomáticas subseqüentes. Angola era área extremamente estratégica no Atlântico Sul porque, sem a oferta de negros africanos, a conquista do Nordeste pelos holandeses, voltada para a empresa açucareira estruturada na escravidão, destituir-se-ia de rentabilidade. Similarmente, sem Angola, não teriam o mais lucrativo item de troca no comércio que viabilizava a captura da prata potosina no porto de Buenos Aires.

Cabe investigar nesse momento que interesses tinham os sujeitos históricos responsáveis pela organização logística e comando da força-tarefa principalmente a partir do Rio de Janeiro e não de Lisboa, centro nervoso do Império Ultramarino Português. O primeiro deles, já bastante explicitado nestas páginas, é o interesse mercantil. Em 1641, desarticuladas as engrenagens mercantis que conectavam não apenas o mundo ultramarino português entre si, mas também este com a bacia do Prata, certamente amplos foram os prejuízos aos comerciantes luso-brasílicos que agenciavam trocas nas rotas do Atlântico. Não foi à toa que, por exemplo, os mantimentos destinados à expedição eram oriundos sobremaneira de São Paulo ou que parcela da chamada “nobreza da terra” fluminense tenha financiado parte significativa da operação de retomada. Investiam seus fundos para a restituição de um *status quo* que, antes, beneficiava-os.

⁵⁴ SOMBRA, Severino. *História monetária do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Anais do Congresso de Numismática Brasileira, 1936, p. 94.

⁵⁵ Cf. “Regimento de 23 de janeiro de 1677 do Governador-Geral Roque da Costa”. Apud idem.

⁵⁶ Moutoukias explicita diversos mecanismos que faziam do comércio, a rigor ilícito, no Rio da Prata uma atividade, em última instância, “*semiclandestina*”. Para o autor, ou existia esse comércio, ao contrário do que desejava o poder central espanhol, ou, paradoxalmente, estaria comprometida a própria existência de Buenos Aires e, por decorrência, a representação daquele mesmo poder nesse espaço. Tal é excelente exemplo da negociação entre o poder central e o local de que há pouco se falou. Cf. MOUTOUKIAS, op. cit., passim e LOUREIRO, op. cit., p. 82-98.

⁵⁷ Cf. SOMBRA, op. cit., p. 94.

Entretanto, acreditamos que explicações calcadas somente em aspectos mercantis não são suficientes. É preciso considerar a cultura política do momento em questão para compreender melhor os sentidos da expedição. Eles se inscrevem intimamente nas relações contratuais entre o monarca e seus súditos. No Antigo Regime português, a lealdade e os laços de submissão que permeiam tais relações eram permanentemente alimentados pelo funcionamento do sistema de mercês. Esse sistema definia o pacto político entre os súditos da monarquia e o soberano e consistia no seu reconhecimento aos serviços por eles prestados.⁵⁸

Assim, por um lado, os súditos prestavam serviços à Coroa, como, por exemplo, participando de guerras ou financiando projetos do Estado e, em contrapartida, recebiam mercês reais. Essas benesses régias se traduziam, em síntese, por diversos tipos de prerrogativas, tais como cargos administrativos, precedências, distinções, isenções fiscais, monopólios, etc. O ato real de conceder, chamado pela historiografia portuguesa de “liberalidade régia”, construía uma cadeia de obrigações recíprocas entre o rei e seus súditos, gerando para esses últimos uma fundamental noção simbólica de pertencimento.⁵⁹

O arbítrio real, responsável pela distribuição das dádivas na justa medida, configurava-se como um dos espectros mais interessantes do tecido clientelar de que dispunha o rei para garantir sua governabilidade. Se a Coroa era por vezes débil pelos seus recursos econômicos, ela era rica pela sua capacidade de estabelecer tramas e redes polí-

ticas clientelares que solidificavam o pacto entre a monarquia e seus vassallos.

Constata-se, então, a existência de um imaginário político sustentado por uma dimensão contratual, garantidora da soberania portuguesa forjada no império.⁶⁰

O fato é que esses mecanismos possibilitavam ainda que o dinasta criasse e recriasse uma determinada hierarquia social, possibilidade que reafirmava a importância de uma lealdade dessa “nobreza de terra” à casa real. Sem paradoxo, isso ocorreu exatamente com a ascensão da dinastia de Bragança ao trono, em 1640: Dom João IV precisava não somente restaurar algumas redes de clientes, mas tecer outras. Neste caso, o pacto político entre a nova monarquia e seus súditos foi firmado principalmente com base no reconhecimento que o rei demonstrou àqueles que lutaram a seu favor logo no momento fundacional de sua dinastia.

Por isso, além das motivações econômicas, os luso-fluminenses tinham tanto interesse em reconquistar Angola. Ela representava oportunidade singular para sua inserção como vassallos leais da nova dinastia, permitindo que tomassem parte das dinâmicas e representações do poder, enquadrando-se nas precedências e ostentando as insígnias dos cerimoniais típicos da monarquia portuguesa.

Para citar apenas o comandante da expedição, vale lembrar que devido ao mérito da retomada de Angola, Salvador Correia de Sá e Benevides recebeu a um só tempo a dupla governança do Rio e de Angola, controlando, portanto, ambos os lados do tráfico negreiro.⁶¹ Não foi agraciado, como formalmente requereu, com um título nobiliárquico, mas

⁵⁸ Na historiografia nacional, o primeiro a falar de um *pacto político* no Império Português foi Evaldo Cabral, especialmente no capítulo intitulado “À custa de nosso sangue, vida e fazendas”, in *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 105-152.

⁵⁹ XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, António Manuel. “A representação da sociedade e do poder”, in HESPANHA, António Manuel (org.). *História de Portugal, o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 121-153 e OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o estado moderno*. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar Editora, 2001, p. 15-38.

⁶⁰ BICALHO, M. Fernanda. “Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”, in Almanack Brasiliense nº 02, 2005, p. 30-34 e, da mesma autora, “Pacto Colonial, Autoridades Negociadas e o Império Ultramarino Português” in SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Culturas Políticas: Ensaio de História Cultural, História Política e Ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 90. Especificamente acerca da justificação necessária para legitimar os Bragança no poder, ver MONTEIRO, op. cit. e FRANÇA, Eduardo d’Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo, Hucitec, 1997.

⁶¹ *Ibidem*, p. 232.

foi um dos homens mais influentes do século XVII no Império Ultramarino.⁶²

Por fim, resta apontar que a perspectiva teórica de um "Antigo Regime nos Trópicos" inaugura um espectro analítico considerável para o estudo da história colonial.⁶³ Conforme tal perspectiva, as relações econômicas aparecem diante do historiador moduladas por diversos arranjos políticos típicos de uma rígida hierarquia social de Antigo Regime. Assim, sem negar a centralidade de Lisboa no Império Português, propõe-se a avaliação crítica de uma realidade colonial complexa, multifacetada e não reduzida a uma chave interpretativa que elege apenas

a dualidade econômica metrópole *versus* colônia, com sua respectiva transferência de excedentes.⁶⁴ Afastando-se de reducionismos, procurou-se buscar um sentido para a colonização que não tivesse como eixo principal o *exclusivo metropolitano* ou o *tráfico negreiro*, mas sim as suas pluralidades, pelo que elegemos também abordar seus aspectos políticos, sociais e culturais.

Lançado um novo olhar para a história do período colonial, esperamos que essas novas possibilidades teóricas revisionistas permitam também a análise de outros temas relativos à história naval da época correspondente.

⁶² Entretanto, em resposta a esta requisição, Martim de Sá, primogênito de Salvador Correia de Sá, foi feito Visconde de Assêca por Afonso VI, pelos méritos da família Sá e pelo fato de seu pai ter vendido o famoso Galeão *Padre Eterno* para a Coroa, cf. ALENCASTRO, op. cit., p. 234 e BOXER. *Salvador...* op. cit., p.81-82 e 410.

⁶³ Tal é a proposta de FRAGOSO, João; BICALHO, M. Fernanda Baptista & GOUVÊA, M. de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Nega-se a possibilidade de capitalismo comercial na época moderna; ao contrário, considera-se que a economia é imperfeita, porque influenciada por determinados grupos sociais. Esses preceitos podem ser conferidos em FRAGOSO, João. "A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)" in *Topoi – Revista de História do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ*. Rio de Janeiro: UFRJ/ 7 Letras, n. 1, 2000, p. 45-122.

⁶⁴ O modelo bipolar metrópole versus colônia tem sua raiz em PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23ª Ed. 6ª Reimpressão. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999 e é aprofundado especialmente em NOVAIS, op. cit. Todavia, se Novais atribuiu inteligibilidade à colônia com base no *monopólio*, Alencastro o fez pelo *tráfico negreiro* que, segundo o autor, "extrapola o registro das operações de compra, transporte e venda de africanos, para moldar o conjunto da economia, da demografia, da sociedade e da política da América portuguesa". Cf. ALENCASTRO, op. cit., p. 43.

